

VIVÊNCIAS FORMATIVAS NO CURSO DE PEDAGOGIA E NA ATUAÇÃO EM ESCOLAS DE GOVERNO

Érica Nayara Paulino Melo, Universidade de Brasília, ericaenpm@gmail.com
Shirleide Pereira da Silva Cruz, Universidade de Brasília, shirleidesc@gmail.com

Introdução

Este trabalho é um relato de experiência sobre vivências formativas dentro do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB) e a atuação em Escolas de Governo (EsGov). O currículo desse curso, conforme seu projeto pedagógico e em consonância com o emanado na lei nº 11.788/2008, admite a realização de estágios não-obrigatórios, com duração de até dois anos. Outra possibilidade formativa é a participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBIT). As vivências no âmbito dessas ações formativas foram determinantes para a compreensão do trabalho pedagógico em ambientes não-escolares, como é o caso das EsGov.

A formação de pedagogos para atuação em ambientes não-escolares é recente. O curso de Pedagogia passou por grandes mudanças desde a sua formalização em 1939, do perfil generalista até a introdução na escola da divisão do trabalho nos moldes capitalistas por meio das habilitações, as perspectivas de atuação do pedagogo foram sendo modificadas (Cruz, 2017). Com a implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia (DCNs), mediante a Resolução CNE/CP nº 1 de 2006, o campo de atuação, que até então se concentrava principalmente na escola, expandiu-se para além dela, abarcando outros ambientes formais ou não. A partir desse marco o pedagogo passa a ser formado para atuar em quaisquer ambientes nos quais seja necessário realizar ou conduzir processos educacionais intencionais (Aquino, 2008; Carrijo, 2014), respondendo, dessa forma, a demandas da atualidade em que suas competências profissionais são cada vez mais necessárias em ambientes não escolares, como escolas de governo, organizações sociais, empresas e órgãos públicos.

No atual momento histórico, o curso visa a formação de profissionais da educação que atuem em quaisquer ambientes em que sejam necessários conhecimentos relativos ao desenvolvimento educacional intencional, porque seu objeto é a própria educação e seu núcleo é o ensino formal. Compreendemos que a base formativa desse curso é a docência, a qual possibilita unicidade na formação dos pedagogos que atuam em ambientes escolares e não-escolares (Anfope, 2021; Silva, 2021; Vieira, 2011). Essas características convergem para o caráter político da formação desse profissional e, portanto, da sua futura

atuação, elas implicam no necessário discernimento acerca das finalidades da educação nos diferentes contextos em que ocorrem; do projeto de cidadão que se almeja formar e para qual tipo de sociedade, etc.

Tendo em vista o exposto, o objetivo deste relato é descrever algumas vivências formativas da realização de estágio e PIBIT sobre e em EsGov.

Vivências formativas

A atuação de pedagogos em EsGov é uma temática que vem sendo estudada pela autora desde 2019, quando ingressou no estágio não-obrigatório no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), EsGov do Senado Federal (SF). Nesse período o curso de Pedagogia da FE/UnB ainda não contava com uma disciplina específica para a realização de estágio obrigatório em ambientes não-escolares, portanto, foi necessário buscar outros caminhos para examinar as experiências de estágio no meio acadêmico.

A alternativa encontrada foi a pesquisa acadêmica, que se deu pela participação no PIBIT vinculado a pesquisa “O papel da Pedagogia não escolar em processos formativos em escolas de governo”, desenvolvida no âmbito da FE/UnB. A pesquisa também se atrelava a grupo de estudos e pesquisas, o que adensou as discussões sobre a base docente de atuação.

Desse modo, durante dois anos as atividades de estágio ocorreram de forma concomitante a pesquisa no PIBIT e a participação no grupo de estudos, de modo que contribuíram para a reflexão, compreensão e elaboração de estratégias para superação de desafios vividos. Estes pautaram-se nas exigências de conhecimentos específicos do cotidiano corporativo, como o manuseio de sistemas eletrônicos, hierarquia entre os profissionais e seus saberes no direcionamento das ações educacionais, alinhamento dessas ações aos objetivos estratégicos da instituição, domínio da literatura específica da educação corporativa em relação a gestão por competências, etc.

Outros conhecimentos exigidos, mas que não representaram um desafio no sentido de serem desconhecidos, referem-se ao planejamento, supervisão e avaliação de cursos e eventos, elaboração de material pedagógico, estruturação de ambiente virtual de aprendizagem, aspectos cognitivos do processo de ensino-aprendizagem, dentre outros. Percebe-se que esses conhecimentos são intrínsecos a concepção de docência ampliada e que, portanto, são indispensáveis para a atuação em diferentes ambientes. Eles foram aprendidos na formação inicial, durante as disciplinas e vivência das diferentes

possibilidades formativas ofertadas pela FE/UnB. São, portanto, conhecimentos nucleares do curso.

Considerações para o momento

As vivências formativas em torno da atuação em EsGov consistiram no estágio e no PIBIT vinculado ao grupo de estudos, de maneira que foi possível compreender as determinações implicadas na formação de pedagogos que atuam nesses ambientes não-escolares. O estágio foi um momento privilegiado de realização de atividades laborais com intencionalidade formativa, pois ele “é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo” (Brasil, 2008). Dessa forma, assumiu centralidade na formação devido aos seus fortes vínculos com o ambiente de trabalho que privilegiaram a unicidade do par dialético teoria-prática.

A práxis – movimento dialético em que a produção de conhecimento se baseia no concreto real e desenvolve-se pela abstração, por sua superação, e só encontra sentido em seu retorno ao concreto – pode, então, ser vivenciada nesse espaço formativo. Dessa forma, o PIBIT potencializou a unidade teoria-prática, na medida em que o trabalho realizado no estágio foi constantemente refletido e sistematizado pela abstração e mediação com os conhecimentos historicamente acumulados, o que possibilitou sínteses sobre a realidade de trabalho nas EsGov.

A partir dessas vivências tornou-se mais compreensível a concepção de que o trabalho é um princípio educativo expresso pela unidade semântica trabalho-educação (Ciavatta, 2019). É nesse sentido que a formação para e no trabalho, inclusive em EsGov, deve ser baseada em pressupostos críticos e transformadores da realidade que está posta. Portanto, entendemos que a proposta da Pedagogia Plena (Silva, 2021) se volta para a formação de pedagogos aptos a contribuir para o desenvolvimento de trabalhadores em múltiplas dimensões humanas e que se compreendam pertencentes a um coletivo determinado, porém determinante.

Referências

ANFOPE. Documento final do XX Encontro Nacional da Anfope. 2020. Acesso em: 23 de abril de 2021. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2021/04/20%E2%81%B0-ENANFOPE-%E2%80%93-Documento-Final-2021.pdf>

AQUINO, Soraia Lourenço de. O pedagogo e seus espaços de atuação nas representações sociais de egressos do curso de pedagogia. 2011. 189f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais.

BRASIL. Resolução 1/2006: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. MEC, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CARRIJO, Carolina Ribeiro de Souza. O trabalho do pedagogo no instituto federal de Brasília: as demandas profissionais da pedagogia no espaço da educação profissional técnica e tecnológica. 2014. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Universidade de Brasília. Brasília.

ClAVATTA, Maria. Trabalho-Educação: uma unidade epistemológica, histórica e educacional. In: Trabalho necessário. V. 17, n.32, jan-abr, 2019.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro. A pedagogia plena: uma proposta unitária de formação. 2021. Dossiê: Curso de Pedagogia no Brasil: tensões, controvérsias e perspectivas. v. 3 n. 5.

CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. Professor polivalente: profissionalidade docente em análise. 1ª ed. Curitiba (PR): Appris Editora, 2017.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007

VIEIRA, Suzane da Rocha. Docência, Gestão e Conhecimento: Conceitos Articuladores do Novo Perfil do Pedagogo Instituído pela Resolução CNE/CP N.01/2006. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 11, n. 44, p. 131–155, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i44.8639982.